

*Tiago Macedo Bezerra Maia*¹

*João Morais de Sousa*²

*Rodolfo Araújo de Moraes Filho*³

A cultura popular afro-brasileira e a gestão pública em Pernambuco: estudo de caso do maracatu nação estrela brilhante de Igarassu⁴

Resumo

O presente estudo objetiva lançar uma luz, no sentido de oferecer subsídios, para a análise e a compreensão do ‘lugar’ das manifestações culturais populares em suas relações com a gestão

¹ Doutorando em Sociologia (PPGS/UFPE), e bolsista da FACEPE. Mestre em Filosofia (PPGFIL/UFPE), com bolsa da CAPES. Especialista em Gestão Pública (UFRPE). Especialista em Economia e Desenvolvimento Regional (FUNDAJ/EIPP). Especialista em Direito Público (ESMAPE/TJPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFPE). Bacharel em Direito (UNICAP). Especializando em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena (UERN/DEHIST). Pesquisador e membro integrante no Comitê Científico do Centro Italiano para o Estudo da Cultura Africana e Mediterrânea (CISCAM) em Pavia, Itália. Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq), Núcleo de Estudos em Fenomenologia, Hermenêutica e Mística (NEFHEM/DEFIL/UERN/CNPq), Laboratório de Estudos de Religião e Política (LABERP/FUNDAJ/UFPE/CNPq) e Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (LABEMUS/UFPE/CNPq). E-mail: maia.tito.professor@gmail.com

² Professor Associado de Sociologia (DECISO/UFRPE). Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UEPB). Doutor em Sociologia (PPGS/UFPE). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFPB). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq) e Coordenação de Estudos Ambientais (UPE). E-mail: joaomsousa@uol.com.br

³ Professor Titular de Administração (DADM/UFRPE, PADR/UFRPE e PROFIAP/UDRPE). Pós-Doutor em Administração e Gestão Territorial (UPMF/França). Doutor e Mestre em Administração (USSG/França). Especialista em Análise e Elaboração de Projetos Econômicos (CENDEC/IPEA). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Administração (DADM/UFRPE) e Educação à Distância - Tecnologias e Metodologias (UAEADTEC/UFRPE). Diretor do DADM da UFRPE, Coordenador do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública da UFRPE e Coordenador do PROFIAP da UFRPE. E-mail: rodolfoamfilho@yahoo.com.br

⁴ Este texto é a versão ampliada, atualizada e revisada de um artigo-base recente, escrito e defendido por Tiago Macedo Bezerra Maia para conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em meados de 2020, sob orientação do Prof. Dr. João Morais de Sousa e co-orientação do Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho. Na ocasião de sua defesa, o trabalho, que obteve nota máxima, foi indicado para publicação (que aqui se realiza), sem restrições e de forma unânime, pelos membros integrantes da banca. Agradeço todos(as) os(as) envolvidos(as) no apoio para na elaboração dessa versão final que também contou com importantes contribuições de coautoria dos professores orientador e co-orientador acima já mencionados.

pública municipal, focalizando no estudo de caso do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu/Pernambuco (PE), em sua interação com a Prefeitura daquela municipalidade. A abordagem qualitativa desta pesquisa de natureza descritiva, parte dos marcos da antropologia interpretativa e da pesquisa social interpretativa, que juntas, neste trabalho científico, auxiliaram na investigação compreensiva dos símbolos e dos significados das práticas ancestrais, dos saberes tradicionais e das experiências culturalmente vivenciadas e compartilhadas pelos que integram o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, PE, bem como na interpretação das constatações no tocante à realidade das suas relações com a Prefeitura igarassuense. Para a coleta dos dados foram utilizadas as técnicas da observação direta, da observação participante, da entrevista semiestruturada e da pesquisa bibliográfico-documental. Como resultados, é importante ressaltar o diagnóstico de que a gestão estatal institucionalizada, na esfera governamental do município de Igarassu/PE, é um ator que entra em cena no contexto sociopolítico de interlocuções por demais discretas e tímidas, evasivas e descontínuas quanto a ações, tão necessárias quanto urgentes, em favor da manutenção das tradições identitárias e da sustentabilidade desse Maracatu Nação, enquanto manifestação cultural popular enraizada na localidade.

Palavras-chave: Poder Público Municipal, Gestão Pública Local, Manifestações Culturais Populares, Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu/PE, Políticas Públicas de Cultura.

Abstract

The present study aims to shed light, in the sense of offering subsidies, for the analysis and understanding of the 'place' of popular cultural manifestations in their relations with municipal public management, focusing on the case study of Maracatu Nação Estrela Brilhante in Igarassu/Pernambuco (PE), in its interaction with the City Hall of that municipality. The qualitative approach of this descriptive research is based on the frameworks of interpretive anthropology and interpretive social research, which together, in this scientific work, helped in the comprehensive investigation of the symbols and meanings of ancestral practices, traditional knowledge and culturally lived experiences and shared by the members of Maracatu Nação Estrela Brilhante in Igarassu, PE, as well as in the interpretation of the findings regarding the reality of their relations with the Igarassu City Hall. For data collection, the techniques of direct observation, participant observation, semi-structured interviews and bibliographic-documentary research were used. As a result, it is important to highlight the diagnosis that institutionalized state management, in the governmental sphere of the municipality of Igarassu/PE, is an actor that enters the scene in the sociopolitical context of dialogues that are too discreet and shy, evasive, and discontinuous in terms of actions, as necessary as urgent, in favor of maintaining the identity traditions and sustainability of this Maracatu Nação, as a popular cultural manifestation rooted in the locality.

Keywords: Municipal Public Power, Local Public Management, Popular Cultural Manifestations, Maracatu Nação Estrela Brilhante of Igarassu/PE, Public Policies of Culture.

1. Introdução

A relevância deste trabalho está em refletir criticamente o potencial das manifestações artístico-culturais, no contexto multireferencial (Keim; Silva, 2012) a que estão submetidas e numa perspectiva interdisciplinar (Maia; Barbosa, 2020) que visa otimizar a relação do indivíduo/cidadão em integração com seu meio social.

Isso acontece hoje, em geral, onde se descortinam caminhos de buscas diárias, individuais e coletivas, pela(s) sua(s) identidade(s), através da reflexão contínua sobre costumes, práticas, histórias, tradições e valores, e também sobre os sentidos das experiências e os significados das vivências compartilhadas face ao modo de vida que, dentre outras coisas, identifica a comunidade onde cada ser humano se insere.

Assim, considera-se que a cultura popular tem importância singular na sociedade contemporânea. Essa perspectiva tem se evidenciado, por exemplo, nas procuras das coletividades pelas raízes referenciais e hábitos ancestrais, da memória social, da consciência de historicidade, das caracterizações identitárias e etc. (Bosi, 2000; Lopes, 2011; Keim; Santos, 2012; Maia; Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021; Pedrotti & Severo, 2022).

Nesse sentido, para todo brasileiro, mas aqui focando nos pernambucanos e nas pernambucanas que comungam um sentimento de “pernambucanidade”, torna-se fundamental conhecer e refletir sobre o papel das manifestações culturais populares que apontam e mostram elementos de sua identidade local, em especial, no caso, da cultura afro-brasileira, como o maracatu nação aqui estudado.

Parte-se do pressuposto de que esses fenômenos perpetuam e dão continuidade a valores e símbolos de uma ancestralidade que figuram como caminhos, não apenas de autoconhecimento, de autoestima, da aproximação entre os saberes e fazeres do passado e da atualidade.

Tem o potencial de, também e principalmente, possibilitar uma consciência social historicizada, crítica e interligada aos liames de pertencimento, contribuir para a (re-)construção de uma sociedade mais autoconsciente, participativa, solidária e integrada aos matizes que a formam (Keim & Santos, 2012; Reis, 2007; Lopes, 2011; Maia, Torres & Sousa, 2021).

Dessa maneira, a relação da cultura popular, incluindo o seguimento afro-brasileiro com o poder público, geralmente, traz consigo vias e horizontes para uma cidadania mais plena, considerando que essas manifestações populares têm em suas “essências valorativas” elementos como união, participação, respeito, disciplina, e etc. Logo, este início do século XXI tem exigido novas demandas sociais, políticas e culturais emergentes e emergenciais das comunidades frente ao Estado.

Portanto, a definição de um novo projeto social para a humanidade, em que sejam ressaltados acentos axiológicos referentes, por exemplo, à vida, à dignidade, à alteridade, e à integridade humanas, torna-se necessário e urgente (Keim & Santos, 2012; Keim & Silva, 2012; Pedrotti & Severo, 2022).

A diversidade cultural, social e biológica representa a riqueza da terra e dos povos. O fortalecimento, a consolidação e a permanência das manifestações culturais populares de cada local, constitui, por conseguinte, movimento de resistência e de preservação de sua(s) identidade(s) (Chauí, 1986; Barros, 2008; Maia & Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021).

Dentro desse contexto, importa recordar que uma das atribuições e competências do Estado é fomentar e implementar políticas públicas que protejam e respaldem continuamente as manifestações da cultura popular diante das imposições do mercado, quando uma “(i)lógica mercadológica” ameaça a descaracterização dessas (Keim & Silva, 2012; Guillen, 2013; Amorim, 2014; Koslinski & Guillen, 2017).

São fenômenos socioculturais que valorizam e visibilizam a cultura local, pois a fundam e dela emergem, contribuindo para que, sobretudo, os jovens sintam-se cidadãos, com pertencimento social, conciliados com sua história individual e/ou coletiva e ao espaço político-cultural que integram e no mundo habitam, à sua comunidade (Maia & Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021; Pedrotti & Severo, 2022).

A promoção da cidadania, nos termos em que a palavra se origina, já entre os antigos, referindo-se ao pertencimento à cidade e, nos tempos atuais, sinaliza para a participação de todos e de cada um numa comunidade mais ampla, ultrapassando os muros de cada casa, de cada família, para colocar os sujeitos como ativos, donos de direitos e deveres na construção da sociedade que sonham e desejam.

Nessa perspectiva, verifica-se o ímpeto de resistência e de integração social existente nas manifestações culturais populares, como a capoeira, o coco de roda, a ciranda, o frevo, o cavalo marinho, o maracatu rural e o maracatu nação, por exemplo, dentre outras expressões da cultura popular (Chauí, 1986; Bosi, 2000; Nascimento, 2005; Maia, Torres & Sousa, 2021).

Historicamente, o maracatu nação parece ter-se originado do encontro de elementos variados de algumas religiões ancestrais africanas, e isso se verifica, especialmente, porque a essas formas de religiosidade sempre remetem e fazem reverência, nos terreiros de candomblé, em seus xangôs e outros momentos celebrativos, por exemplo (Guerra-Peixe 1980; Lopes, 2011; Pedrotti & Severo, 2022).

Homens, mulheres e crianças, oriundos de variados povos da África, foram trazidos forçosamente como escravizados ao Brasil pela violência colonial europeia desde o século XVI.

Aqui, sincretizaram criativamente sua fé nos Orixás, através dos quais, práticas e costumes das suas ancestralidades africanas se integraram e se ressignificaram em “quadros” de religiões vindas da Europa (como inicial e principalmente, o cristianismo católico). Assim, suas tradições sobreviveram e formaram grande parte da sociedade brasileira dos dias atuais (Guillen, 2013; Amorim, 2014; Vasconcelos, 2001). Desse modo, importa ter em mente que:

[...] Maracatu nação ou de baque virado é uma forma de expressão da cultura popular negra brasileira com forte presença no estado de Pernambuco. Encontrar uma descrição exata do que é o maracatu nação é uma tarefa difícil, tamanha a complexidade que o envolve. Em linhas bem gerais pode-se descrevê-lo como uma manifestação cultural performática, inserida nos festejos carnavalescos, na qual um cortejo real, composto por rei, rainha, príncipes, princesas, figuras da nobreza, vassalos, baianas, dentre outras personagens, de forma processual, desfilam pelas ruas [...] nos dias de carnaval. Este grupo executa uma dança específica e é acompanhado por uma orquestra percussiva, composta por instrumentos como alfaias (tambores), caixas (taróis), gonguês, mineiro (ganzá) e por vezes, agbês e atabaques. As nações de maracatu estão organizadas como agremiações carnavalescas, localizadas em sua grande maioria em comunidades de periferia (favelas) [...] e é desta inserção comunitária que conseguem agregar seus membros, bem como das relações que possuem com as religiões consideradas de matriz africana. De acordo com os maracatuzeiros, só são ‘autênticos’ os maracatus nação que possuem vínculo de caráter religioso com os terreiros de xangô (nome da religião de culto aos orixás em Pernambuco) [...] (Koslinski & Guillen, 2017: 150).

Por isso, sabe-se hoje que os maracatus nação “carnavalescos” foram, originalmente, algumas das formas e estratégias encontradas por negros escravizados e seus descendentes praticantes das religiões afro-brasileiras em sincretismo, como meio para garantir a continuidade e a sobrevivência das suas crenças ancestrais e dos seus ritos tradicionais.

Esse processo histórico de sincretismo se deu para seus adeptos, também, criativamente e, portanto, não de forma passiva como se costuma difundir, mas ativamente, como uma forma e uma “plástica” de existência social, resistência cultural diária e de luta política cotidiana (Vasconcelos, 2001; Lopes, 2011).

Ao mesmo tempo, foram essas religiosidades sincréticas e os fenômenos sociais que delas surgiram (como o maracatu nação pernambucano), que se firmaram como modo de vida e de manutenção das memórias coletivamente compartilhadas em torno de referências identitárias de matriz africana “comuns”.

Esses aspectos são aqui ditos “comuns” e estão entre aspas pois, por exemplo e dentre muitas coisas outras, o são pelo fato de as toadas dos maracatus nação quase sempre, em seus conteúdos cantados e performances apresentadas, remeterem à África, suas tradições e os

sofrimentos de suas ancestralidades dali desterradas, escravizadas e trazidas compulsoriamente ao Brasil (Guerra-Peixe, 1980; Maia, Torres & Sousa, 2021; Pedrotti & Severo, 2022).

Esses elementos aparecem como pontos referenciais e situam a comunidade em um tipo de identidade que se desvela em meio a uma espécie de “unidade experiencial” vivida e reconhecida, (mesmo que intuitivamente), pelos adeptos das religiões de terreiro que, no caso, também são boa parte dos brincantes dos maracatus nação mais antigos que resistiram e estão em funcionamento.

Assim, esses homens e mulheres feitos escravos pelo colonialismo, aqui delinearam um mosaico multiétnico que continha em seu âmago diversas religiões e distintas histórias de muitas partes da África e que, na “*Terra Brasilis*”, se encontraram e amalgamaram-se em torno de um caleidoscópio complexo recriador de sentidos e significados novos (e por isso chamados afro-brasileiros) cujos ecos nas comunidades de afrodescendentes e quilombolas até hoje ressoam (Lopes, 2011; Guillen, 2013; Amorim, 2014; Maia & Sousa, 2019).

Com o passar dos anos no fluxo da história de Pernambuco, pelo menos do século XIX para cá, foram se formando e aparecendo, de tempos em tempos, novas nações de maracatu, cada qual com as especificidades das suas contextualizações de surgimento próprias e maneiras peculiares de resgate e/ou continuidade das africanidades que remetem originária e memorialmente. Nesse sentido:

O maracatu nação pode [...] ser entendido como uma manifestação da cultura popular brasileira, desde que se entenda que é feito em determinado contexto histórico-cultural por pessoas que estão referenciadas em uma cultura negra. A cultura negra, neste aspecto, é [...] identificada com práticas e costumes feitos de forma comunitária, e que trazem consigo sentidos compartilhados por – esses - grupos [...] (Lima, 2014: 305).

Então, os maracatus nação foram uma maneira perspicaz e estrategicamente encontrada pelos afrodescendentes e quilombolas para que, através desta manifestação da cultura popular, pudessem professar a sua fé, de matriz africana. Por meio desses brinquedos conseguiram, muitas vezes, “driblar” as constantes e recorrentes proibições e perseguições do Estado à sua religiosidade e às suas formas de culto, pois:

Mesmo proibidos de praticarem a sua religião ancestral, os negros e negras ao longo dos séculos, recriaram de forma criativa a sua experiência religiosa, condensando-a em uma nova constelação simbólica de valores e sentidos fundamentais para a sua existência. [...] Não cabia a estes homens e mulheres outra atitude a não ser buscar, diante da nova realidade social, produzir coletivamente uma reinterpretação dos seus valores e símbolos (Vasconcelos, 2001: 294).

Segundo Guerra-Peixe (1980), um dos mais renomados mestres de maracatu que se pode ter registro, em obra que oferece uma abordagem historicizada sobre os mesmos, a primeira denominação de um fenômeno sociocultural como “maracatu” é atribuída ao Pe. Lino do Monte Carmelo Luna.

Para esse icônico mestre maracatuzeiro chamado Guerra-Peixe (1980), o Pe. acima mencionado teria cunhado a palavra “maracatu” em 1867, quando este termo aparece pioneiramente, sugerindo uma diferenciação dessa “novidade”, para com os afoxés (como parece que antes e até então eram chamados) e das festas-rituais de coroação dos Reis de Angola e do Congo. Ambas à época já ocorriam em Pernambuco (e em outras partes do no Brasil) e, portanto, distinguem-se assim essas últimas da primeira nova manifestação aqui elencada, o maracatu (Guerra-Peixe, 1980; Lopes, 2011; Pedroni & Severo, 2022).

Sobre essas coroações (e afoxés) em Pernambuco, por outro lado, o mesmo mestre de maracatu afirma que há indicativas de que já se tinha e se difundia, mesmo que esparsamente, um certo conhecimento dessas, pelo menos desde de meados de 1670, mais especificamente, 1674 - na 2ª metade do século XVII (Guerra-Peixe, 1980).

É importante sublinhar, no entanto, que ainda hoje, na literatura científica corrente, esse marco datado é controverso e não pacífico entre historiadores, sociólogos, antropólogos e outros estudiosos que se debruçam sobre o tema. Isso mostra o quão importante e atual é abordar esse assunto que é nodal para a identidade pernambucana, para a construção e força da ideia de pernambucanidade

Por isso, para um grupo de especialistas, estes fazem muitas referências aos maracatus como manifestações da cultura popular sincrética afro-brasileira ligados às tradições das ancestrais celebrações religiosas africanas e das antigas coroações dos reis do Congo e Angola, que nelas recebiam mais força e maior legitimidade para governar seus povos, desde os tempos primordiais daquelas culturas e religiosidades de matrizes africanas (Guerra-Peixe, 1980; Pedrotti & Severo, 2022) .

Mas, há um segundo grupo de intelectuais que relaciona o maracatu com uma espécie de crítica sarcástica, como que uma “irônica sátira de carnaval” desferida pelas coletividades de negros brincantes às famílias reais e às nobrezas europeias, bem como às imposições de seu estilo de vida e religião coloniais no Brasil – por motivos evidentes, dirigidas às da metrópole Portugal (Lopes, 2011).

Finalmente, uma terceira parte dos interessados nos estudos sobre o tema (como os autores desse artigo), pensa que, na sua essência, a ideia de maracatu envolve e manifesta muito das duas coisas, em simultâneo e conjuntamente. O importante é notar que, em todas elas, se

evidencia um acento no elemento simbólico-religioso que permeia o fenômeno nas três grandes perspectivas apresentadas sobre os significados originários que dão sentido aos maracatus nação (Maia & Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021).

Na atualidade, os maracatus nação se apresentam em festas e eventos culturais no Estado de Pernambuco e fora dele, tradicional e principalmente, ainda mais frequentemente durante a época do carnaval. É diante dessa realidade que aqui passa a ser focado, para efeito deste estudo, o fenômeno cultural popular Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu/PE, no fito de uma melhor compreensão de como a gestão pública municipal relaciona-se com o mesmo.

O Estrela Brilhante de Igarassu, Pernambuco, é considerado o mais antigo maracatu nação de baque virado fundado e ativo no Brasil (apesar de apenas algum tempo depois ter-se denominado como tal após a alcunha do Pe. Lino para este tipo de manifestação da cultura popular pernambucana, como antes já citado). Trata-se, ainda, do único maracatu “vivo” do município de Igarassu atualmente, tendo havido outros ao longo do tempo, mas que hoje não mais se encontram em atividade (Guillen, 2013; s/d; Amorim, 2014; Maia & Sousa, 2019).

Registros históricos, sociológicos e antropológicos assistemáticos e esparsados indicam que pode se verificar, nas áreas da Zona-da-Mata Metropolitana de Pernambuco, que abrange a Região Metropolitana do Recife (RMR) e, mais especificamente, nos recortes espaciais que hoje correspondem a Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, a presença de ritmos e danças de matrizes africanas (Bantu, primeiramente e Nagô posteriormente, por exemplo), desde de 1730 (Guerra-Peixe, 1980; Lopes, 2011; Lopes 2012; Guillen, 2013; Amorim, 2014).

Apesar de também não haver uma pacificação completa entre historiadores, antropólogos e sociólogos no concernente ao ano de fundação do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, a comunidade na qual esse maracatu se insere, convencionou já tradicionalmente que foi na 2ª metade do século XIX, sendo 1824 o ano do seu marco fundacional (Amorim, 2014; Maia & Souza, 2019).

Com relação ao reconhecimento do poder público local às manifestações populares, o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu foi um dos dois maracatus que recebeu o título de “Patrimônio Vivo de Pernambuco”, no ano de 2009 (Guillen, s/d; Amorim, 2014).

Isso se deu por ter sido reconhecido como um grupo que preserva as antigas tradições de matriz africana e os seus ritos religiosos ancestrais na cultura popular pernambucana. Quase sempre fazendo remissão e memória ao contexto de sua fundação, em suas toadas e baques (Guillen, 2013; Guillen s/d).

Desse modo, tem-se como *locus* geral desta pesquisa o município de Igarassu, situado na região da zona-da-mata norte do estado de Pernambuco, que lega como herança de sua

formação histórica e social um pungente patrimônio cultural local (Sant'anna, 2003; Guillen, 2013), sendo inclusive um dos locais em que os primeiros portugueses teriam pioneiramente ancorado no Brasil (Amorim, 2014).

O objetivo central dessa pesquisa foi investigar como o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu é recepcionado pela gestão pública local igarassuense, em um cenário relacional entre Prefeitura e manifestação, no olhar dos seus membros integrantes.

Também se ensejou mapear e compreender alguns dos principais aspectos culturais que caracterizam o fenômeno popular Maracatu Nação Estrela Brilhante, bem como identificar algumas das principais e urgente demandas, feitas recorrentemente à Municipalidade apontadas pelos que fazem parte do maracatu e da sua comunidade.

2. Referencial teórico

2.1 Traços culturais que caracterizam a manifestação popular Maracatu Nação

A tradição é o traço de maior realce nas práticas culturais de um maracatu nação, além dos elementos religiosos da cultura negra africana, pois:

Não há como pensar os maracatus nação dissociados da ideia de tradição, pois essa ideia é bastante valorizada por maracatuzeiros e maracatuzeiras que prezam por sua manutenção, não de forma melancólica, como se homens e mulheres repetissem práticas e costumes que não lhes fazem sentido. As permanências de antigas práticas e costumes estão em diálogo com as transformações e as mudanças, determinando a dinâmica cultural da manifestação (Guillen, 2013, p. 38).

Composto tradicionalmente por um cortejo real e seu grupo percussivo, o maracatu nação se define, grosso modo, como uma forma de expressão cultural permeada de elementos religiosos e mágicos da cultura negra pernambucana. Durante as apresentações, em especial no carnaval, o cortejo real composto por rainha e rei, mestre e contramestre e sua “comitiva”, acompanhados de um conjunto percussivo, desfila pelas ruas (Guerra-Peixe, 1980; Vasconcelos, 2001; Guillen, 2013; s/d; Amorim, 2014; Lima, 2014; Koslinski & Guillen, 2017; Maia & Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021; Pedrotti & Severo, 2022).

Nessas apresentações, às mulheres cabe a beleza das danças e, algumas vezes, do canto das toadas; e aos homens, cabe os instrumentos de ritmo e a cadência do batuque. Ao mestre, dentre muitas outras atribuições “extra-cortejo”, geralmente cabe organizar esses elementos-partes do maracatu, definir e segurar as bases das marcações rítmicas e também as toadas a serem cantadas ao longo do percurso do desfile de seu maracatu. Por isso, também:

O maracatu pode ser definido como uma manifestação cultural dotada de elementos diversos. Dispõe de dança, canto, fantasias e estilo musical próprio. Um maracatu é definido por sua música, cantada em geral por um mestre, que é acompanhado de batuqueiros, tocando afaias (os tambores), caixas (os taróis), mineiros (espécie de ganzá) e gonguês (instrumento de ferro com uma campânula, percutida por um pedaço de madeira). Existem maracatus nação que possuem fortes ligações com as religiões de terreiro, a exemplo do xangô [...] (Lima, 2014, p. 307-308).

Um elemento curioso a ser mencionado é a presença imprescindível da calunga (*Kalunga*), a boneca que é portada pela rainha durante o cortejo. A presença da calunga é originalmente indispensável pois, para a tradição da nação, trata-se de um objeto ritualístico-religioso a proteger o maracatu, uma vez que através dela se invoca os orixás e toda ancestralidade para proteção dos integrantes membros e da comunidade durante os cortejos (Guerra-Peixe, 1980; Vasconcelos, 2001; Guillen, 2013; s/d; Amorim, 2014; Lima, 2014; Koslinski & Guillen, 2017; Maia & Sousa, 2019).

No que se refere à ideia de nação de maracatus, sobre sua origem é importante ressaltar que:

O sentido de nação desses grupos é histórico e se refere à forma como as “nações” – de escravizados - se organizavam, ou eram organizadas pelas autoridades coloniais. Essas “nações” abrigavam indivíduos de diferentes grupos étnicos que eram agrupados a partir da lógica do tráfico negreiro, sendo aqui referidos por um nome que permitisse identificá-los por sua procedência, tais como Nação Cabinda ou Angola - Bantu, Ketu ou Nagô, por exemplo (Guillen, 2013, p. 14).

E ainda, sobre uma possível definição complementar em virtude de alguns elementos outros que se evidenciam, para alguns autores, nas características identitárias mais comuns dos maracatus nação, e dentre elas a territorialidade, como a dimensão na qual são estabelecidas as dinâmicas das tessituras e das camadas das relações de poder que estão em disputa em um espaço (Guillen, 2013; Lima, 2014). Isso implica destacar que todos aqueles que experienciam e integram esses fenômenos artísticos da cultura do povo:

[...] compartilham práticas em um mesmo “território”. Possuem vínculos com a religião dos orixás [...]. O seu espetáculo é fruto de muitas “contribuições” anônimas. Eis o que define um maracatu nação, portanto: território, religião, práticas compartilhadas e espetáculo coletivo (Lima, 2014, p. 321-322).

Em tempos atuais, os maracatus têm uma projeção e um reconhecimento em escala mundial, sendo o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu um dos seus maiores expoentes e representantes (Amorim, 2014). No início da segunda metade do século XX, assim como

ocorreu com o frevo, da mesma forma, o maracatu nação se consolidou através de uma intensificada movimentação de mediação cultural tornando-se então um símbolo da “pernambucanidade”, da identidade pernambucana. Assim, eis que:

Nesse movimento, carnavalescos, brincantes, artistas e intelectuais trataram de legitimar uma cultura que se considerava autêntica e legítima, além de representante do modo de ser local. Em meio à afirmação de uma identidade regional, às manifestações da cultura popular foram atribuídas virtudes capazes de agregar sentimentos e emoções que congregavam os pernambucanos como um povo único (Guillen, 2013, p. 45-46).

Então, até pouco tempo atrás, o maracatu e suas expressões culturais populares situavam-se nos limites e cercanias das comunidades negras de afrodescendentes e de quilombolas do estado de Pernambuco, como atmosfera de transmissão de geração em geração das suas tradições, da sua identidade e de seu sincretismo religioso, que dentro desse perímetro espacial resistiu e sobreviveu, mesmo diante da força, muitas vezes desagregadora do tempo e de seus intemperes socioculturais e político-jurídicos.

Hoje, o Maracatu ultrapassa as fronteiras dos guetos de afrodescendência e cantam sua toada e tremem seus baques mundo afora. E, a partir da última década do século XX (especialmente nos anos 90, com a explosão do movimento “manguebeat” com bandas como Chico Science & Nação Zumbi, que nos maracatus muito se inspirou e referenciou) foi notória a expansão, de modo efetivo da visibilidade nacional e internacional da cultura popular pernambucana e das suas manifestações artísticas locais, dentre elas, os maracatus nação.

Apesar da crescente popularidade do maracatu, os grupos encontram dificuldades para se manter financeiramente, visto que sobrevivem com contribuições das próprias comunidades onde seus integrantes habitam e também da participação em raras seleções de editais públicos de incentivo à cultura. Um dos maiores problemas é que os mesmos precisam ter renda para elaborar vestimentas, comprar instrumentos, pagar transporte e etc. (Amorim, 2014).

São lembrados e convidados a participar de datas festivas ou eventos culturais, mas no resto do ano parece que são esquecidos pelo Estado e pela sociedade em geral. Vale ressaltar que os grupos de Maracatu muitas vezes são procurados por pesquisadores ligados a instituições de ensino e pela imprensa para a realização de pesquisas sobre essa realidade que enfrentam, mas, no entanto, não recebem retorno algum (Guillen, 2013).

No tocante às políticas públicas e ações interventivas do Estado na realidade social, as expressões e manifestações da cultura popular em geral (e, aqui, o maracatu mais especificamente), enfrentam quase que completa desvalorização, descaso e invisibilidade.

Quando entram na agenda da arena político-decisória das esferas governamentais (município, estado, União/Federação), mesmo que discretamente, precisam fazer concessões para que essas esferas do governo, respectivamente, fomentem o seu acesso ao mercado de entretenimento do capitalismo cultural (Amorim, 2014; Koslinski & Guillen, 2017).

Na maioria das vezes, são compelidos a se adequarem aos padrões estéticos, que sejam mais vendáveis, quase sempre contrários a suas próprias tradições. Com isso, o mercado e o Estado impactam pela tentativa constante de diluir nos integrantes e na comunidade suas tradições identitárias, gradualmente “apagando” os sentidos e os significados dos símbolos e práticas, representações sociais e culturais originárias, socialmente compartilhados, nos tipos de apresentações e de indumentárias que quase são “obrigados contratualmente” a utilizar, por exemplo.

Então, percebe-se que são feitas exigências pelo mercado e pelo próprio Estado, que podem descaracterizar e ameaçar as tradições da ancestralidade, para obtenção de cada vez mais lucro, em detrimento e quase desconsiderando a manutenção das referências e matrizes identitárias afro-brasileiras que deram origem às raízes dos maracatus nação (Maia & Sousa, 2019; Maia, Torres & Sousa, 2021).

Com isso, percebe-se também uma não-aceitação por parte das tradicionais lideranças dos maracatus e de seus membros integrantes, de modo que passam a resistir a essa lógica mercantil do Estado, que em vez de ser mediador para potencializar as capacidades da cultura popular local, em muitos momentos, apenas busca mercantilizá-la. Sobre isso, sublinha-se aqui que, paradoxalmente, para o Estado, nesse horizonte:

Não diferenciada, a arte [...] sucumbe à economia e se transforma em um mercado. Já a arte [...] não é mais que o mercado na medida em que é tão comum a arte do mercado estético. [...] toda a cultura deve transformar-se em mercado. [...] Colonizada pelo mercado, a cultura transforma-se no próprio mercado, ao mesmo tempo que a economia torna-se cultural (Vandenbergh, 2005, p. 110).

Nesse sentido, é importante sublinhar que o maracatu, expressão artística da cultura popular, permanece como na sua origem, a levantar a bandeira da resistência. Resistência essa que reverbera e enaltece as tradições basilares que permeiam os Maracatus e expressam sentidos e símbolos fundamentais compartilhados não só entre seus integrantes membros.

Isso toca, também, aos indivíduos todos que vivenciam, experienciam e sofrem impacto da atmosfera dessas manifestações da cultura popular, que influenciam a dinâmica local e regional onde se constituem e as áreas de sua vizinhança, no embate contra a diluição e o

afastamento das raízes culturais trazidas pelo mercado em anuência do Estado e suas esferas governamentais.

No ano de 2009, como forma de fortalecimento conjunto desse tipo de manifestação da cultura popular, foi criada uma associação que une quase todos os maracatus nação do estado de Pernambuco, a AMANPE (Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco), com o intuito de promover ações de visibilidade, autogerida cooperativamente entre os associados, todos apoiando-se mutuamente para obtenção de um objetivo comum: organizar os maracatus nação infra-estruturalmente para conseguir a visibilidade e subsídios para a manutenção de suas tradições, suprimindo essa lacuna não fomentada pelo Estado.

2.2 A relação do Maracatu Nação Estrela Brilhante com a Gestão Pública Local

No âmbito da relação do poder local de Igarassu com o Maracatu Nação Estrela Brilhante dessa cidade, Amorim (2014) traça uma síntese cronológica dos raros registros mais recentes desse diálogo. Essa interação se verifica de modo ainda tímido e muito discreto.

A autora supracitada identifica os anos em que se evidenciaram alguns raríssimos e inconstantes incentivos da prefeitura de Igarassu para com o referido maracatu, em termos de uma política cultural. Nos anos de 1997 e 1998, o Maracatu Nação Estrela Brilhante foi homenageado no carnaval de Igarassu, organizado pela sua Prefeitura. Em 1998 Dona Mariú (rainha e então matriarca desse maracatu nação) ganhou uma festa pelo seu centenário intitulada “100 anos de uma rainha negra”, também organizada pela Prefeitura de Igarassu (Amorim, 2014).

No ano de 2008, o maracatu foi fazer tremer terras lusitanas ao participar do XII Festival Folclore Internacional do Alto Minho, na cidade-irmã de Igarassu, Viana do Castelo (por ter sido fundada pelo capitão Afonso Gonçalves, natural desta cidade de Portugal). Nesta ocasião, também a Prefeitura contribuiu, em conjunto com a cidade portuguesa, para levar o Estrela Brilhante a apresentar-se no além-mar ibérico e europeu (Amorim, 2014).

Depois disso, mais de uma década se passou após este último “investimento de recursos” da administração pública local igarassuense, sem que a autora Amorim (2014) identificasse ou encontrasse registros de alguma outra situação de apoio da esfera de governo municipal ao maracatu.

Ela aponta também pouquíssimos subsídios ou incentivos (em quantidade do montante de recursos destinados e em qualidade de efetividade na constância do apoio ao maracatu) que

tiveram origem no Ministério da Cultura do Governo Federal da República Federativa do Brasil, no ano de 2008; e do Governo do Estado de Pernambuco, em parceria com a Prefeitura do Recife, tendo o maracatu sido homenageado na abertura do carnaval do Recife no ano de 2010 (Guillen, 2013; Amorim, 2014).

E depois disso, de lá até atualmente (final do ano de 2022) consta, no “Portal da transparência”, a existência de um único favorecimento de recursos do Governo Federal brasileiro destinado a esse maracatu, o que implica na verificação de uma rara, inconstante e insuficiente “ajuda” governamental, diante do que é preciso para a sobrevivência e continuidade dessa manifestação da cultura popular pernambucana.

3. Metodologia

Seguindo o percurso metodológico adotado, pode-se classificar a pesquisa em relação a seu objeto e a seus objetivos como sendo de natureza descritiva e de abordagem qualitativa, respectivamente. Com efeito, a pesquisa descritiva é apropriada sempre que se intenciona estudar as nuances de um dado fenômeno, descrevendo suas principais características (GIL, 2010).

A pesquisa qualitativa é, por seu turno, a mais indicada quando o pesquisador tem a intenção de estudar percepções, valores e significados que permeiam os sentidos atribuídos a um determinado fenômeno por parte da população junto a ele envolvida (Martins, 2004).

As técnicas escolhidas para a coleta de dados na realização da investigação foram as de caráter mais aberto, pois se apresentam como as mais viáveis para a construção do saber de forma contextualizada e interdisciplinar (Marconi & Lakatos, 2011). Os procedimentos para coleta de dados eleitos foram, portanto, a observação direta, a observação participante, a entrevista semi-estruturada e a revisão bibliográfico-documental. Todas essas são técnicas abertas, que se enquadram dentro dos processos e procedimentos de investigação relativos a métodos qualitativos de pesquisa social.

Um dos aspectos fundamentais de uma pesquisa de campo é a vivência da observação. No caso da observação direta, denominada também como observação sistemática não-participante ou passiva, que se caracteriza pelo fato de que durante a realização da mesma:

O pesquisador não se integra ao grupo observado, permanecendo de fora. Presencia o fato, mas não participa dele, não se deixa envolver pelas situações, faz mais o papel de espectador. O procedimento tem caráter sistemático. Esse tipo de observação é usado em pesquisas que requerem uma descrição mais detalhada e precisa dos fenômenos ou em testes de hipóteses [...] (Gerhardt & Silveira, 2009, p.74).

Destarte, ao realizar esse tipo de observação direta, foi possível colher ricos dados e informações mais gerais quanto ao “cenário” em que foram realizadas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do campo/*locus* de pesquisa vivenciado e da posterior interpretação do conteúdo subjetivo das “falas” dos entrevistados.

Por sua vez, a observação participante, também chamada de etnográfica ou ativa, pode ser entendida como:

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente – longo - [...] com uma associação humana na sua situação natural, com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (May, 2001: 177).

Assim, a observação participante oferece a possibilidade de uma inserção mais aprofundada, uma imersão temporária nos saberes e nas representações constituídas e experienciadas coletivamente pelo grupo estudado, e também nos seus fazeres e práticas vivenciadas e ali socialmente compartilhadas, pois permite ao pesquisador uma análise, com “lentes” focadas em uma maior especificidade (May, 2001).

Nessa pesquisa, isso tornou possível o acesso a valiosas e cruciais informações estruturais e conjunturais do universo da pesquisa, dados fundamentais esses, também, para a interpretação e a análise das entrevistas semi-estruturadas que, após as primeiras observações diretas e observações participantes, se seguiram paralela e simultaneamente.

Tais dados colhidos possibilitaram a abertura de horizontes de acesso aos conteúdos simbólicos socialmente vividos, a partir da percepção daqueles que foram entrevistados, conforme narram que experienciam em seu cotidiano, o fenômeno social aqui estudado, o maracatu. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas junto a uma amostra de 10 (dez) membros integrantes e influentes no movimento cultural popular Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu/PE.

A partir das entrevistas, foi dada atenção às concepções e palavras presentes na cosmovisão e no imaginário constitutivo do sistema de sentido e significado simbólico socialmente compartilhado no grupo social em análise, explícitos e/ou implícitos em suas falas. Esse material bruto foi sendo lapidado e compreendido a partir do refinamento interpretativo (Rosenthal, 2017).

Essas interpretações foram feitas e articuladas à luz das contribuições teóricas da antropologia interpretativo-simbólica e da pesquisa social interpretativa (Geertz, 1978; 1999; 2001; Rosenthal, 2017).

Com isso, ao aproximar-se do contexto dos fenômenos sociais estudados, através dos dados assim coletados, o pesquisador teve oportunidade de elaborar reflexões e interpretações mais adequadas no que se refere à forma na qual os integrantes do maracatu vivenciam suas tradições artísticas-culturais-populares.

Um outro recurso usado foi o da pesquisa bibliográfico-documental, com a utilização de fontes primárias e secundárias que proporcionaram riquíssimas informações sobre o tema pesquisado (Gil, 2010; Marconi & Lakatos, 2011). Estas viabilizaram tanto a consolidação teórica e conceitual das categorias fundamentais de análise antropológico-simbólica e social-interpretativa, bem como possibilitaram material de suporte para a elaboração das discussões lançadas no presente texto.

Para as ciências sociais em geral, que têm por característica a vocação interpretativa, os fenômenos são permeados de impar complexidade, não sendo fácil, portanto, e nem simples, realizar uma separação “científica” entre as causas e suas motivações, dos efeitos e seus condicionantes (Geertz, 1978; 1999; 2001; Rosenthal, 2017).

Não há como controlá-los nem os mensurar de um modo reducionista ou simplista, como que laboratorialmente. Assim, os dados e informações colhidos sobre os fenômenos sociais analisados mostram-se “[...] sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas [...]” (Da Matta, 1991, p. 21).

À luz de Rosenthal (2017), numa perspectiva interpretativa de pesquisa social aqui escolhida como um dos prismas condutores deste estudo, os dados inferidos pela fala expressa dos entrevistados permitem adentrar as possibilidades de desvelamento compreensivo, inclusive, no sentido latente que subjaz às falas dos atores e assim podem revelar o mais autêntico significado dos fenômenos sociais abordados nas entrevistas.

É justamente na teoria e na prática da pesquisa social interpretativa e através da metodologia qualitativa, com a questão da apreensão do sentido subjetivo e a reconstrução do sentido latente dos dados coletados mediante entrevistas (ou outro suporte informacional), que os procedimentos de reconstrução em sequência dos fatos relatados são tomados como fundamento interpretativo (Rosenthal, 2017).

O material é assim reconstruído e sequencialmente visualizado e articulado em seu contexto. Através disso, torna-se viável e possível o acesso à compreensão até das “entrelinhas”, ou seja, do conteúdo latente (e não apenas o expresso nas falas), presente nos documentos, entrevistas, narrativas, textos e etc., fontes de informação para o pesquisador-intérprete.

A pesquisa social interpretativa, tal como preconizada por Rosenthal (2017), procura adentrar a partir da literalidade textual, ou seja, da superficialidade do texto, desvelando os significados e sentidos dos símbolos que envolvem as práticas sociais então mencionadas, até fazer emergir à tona a parcela original e autêntica de verdade presente na perspectiva da narrativa, oferecida ou informada, lida ou ouvida, a partir do documento ou do entrevistado.

4. Resultados

A partir da pesquisa bibliográfica realizada e com o acréscimo do conteúdo histórico-cultural e político-sociológico anteriormente já aqui explicitado, o presente estudo identificou, portanto, que o Maracatu Nação Estrela Brilhante tem natureza originalmente celebrativo-religiosa da comunidade negra e afrodescendente de Igarassu, Pernambuco. Representa identidade e pertença ligadas pela ancestralidade e pelos ritos da tradição religiosa de matriz africana/afro-brasileira local.

O Maracatu Nação Estrela Brilhante desvela, ainda, uma resistência comunitária em constante combate e cotidiano enfrentamento à lógica do mercado que busca apropriar-se comercialmente dessa manifestação cultural popular e desconfigurar suas características mais autênticas, originais e tradicionais, seja através de iniciativas públicas (estatais) ou privadas (empresariais).

Foi constatado que a gestão pública municipal de Igarassu deveria situar-se como mediador de políticas públicas locais, no sentido de gerar oportunidades e possibilidades para assegurar e manter as tradições e o patrimônio cultural (imaterial) vivo, a exemplo do Maracatu Nação Estrela Brilhante (Sant'Anna, 2003; Guillen, 2013; Amorim, 2014).

Evidenciou-se assim, ao longo de toda a pesquisa, uma “política de cultura” da Prefeitura e em todas as esferas governamentais, cujas práticas são descontínuas, assistencialistas e paternalistas. Com efeito, a interlocução que os governos estabeleceram com os movimentos sociais e culturais populares igarassuenses, como no caso do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, permanece ainda muito distante e estabelece quase sempre um diálogo incipiente e inefetivo para com as demandas reiteradas dos seus integrantes e sua comunidade.

Portanto, havendo pouca e discreta interlocução, a relação entre a gestão pública local e o maracatu nação estudado se mostra constantemente fragilizada. Porém, há possibilidades de fortalecimento relacional entre as partes em jogo, caso o Estado se aproxime no que tange à

formação e a construção de políticas públicas de cultura orientadas pela busca de estratégias para intervenções mais efetivas.

Para efeito deste trabalho foram realizadas 10 (dez) visitas, sendo 5 (cinco) para a observação direta e 5 (cinco) para a observação participante, entre os meses de outubro de 2018 (no final) a fevereiro de 2019 (no início), momento este em que o maracatu se organizava e se preparava com maior intensidade para o carnaval de 2019 que se aproximava, com ensaios mais frequentes. Recorda-se aqui que esse carnaval viria a ser chamado de “Carnaval da Pandemia”, por logo após a festa carnavalesca, a pandemia do COVID 19 (novo coronavírus) chegaria com força total em Pernambuco.

Entre as 5 (cinco) visitas de observação direta, foi verificado que a sede do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu situa-se no bairro do Rosário e foi edificada nos anos 90. Nesta sede encontram-se registros, documentos, fotografias e artes diversas que parecem narrar “por si só” as histórias das tradições e a formação da identidade que caracteriza, funda e abrilhanta a estrela desse maracatu.

Percebeu-se, em conversas informais, que a gestão e a organização do maracatu (assim como fora desde sua origem), continua familiar (transmitida oralmente de geração em geração). Isso parece apontar para formas de relação e de sociabilidade com grande aproximação e até intimidade entre os integrantes membros, pois eles e elas parecem ser uma só “família” de tão familiarizados e íntimos que se apresentam uns para com os outros e isso também se enraizou de tal modo na vida coletiva que é um aspecto do importante do modo de vida comunitário desse grupo social.

Assim, parece ter sido para eles e elas, desde os primórdios, também, a construção de sua comunidade, ao terem se estabelecido na região, demarcando sua territorialidade e fincando suas raízes num raio de influência comunitária, a ideia da nação de maracatu. Com isso, pôde ser compreendido e acessado alguns dos sentidos e significados das práticas, saberes e fazeres compartilhados no grupo social e artístico-cultural que tem nesse aspecto um ponto forte de agregação e coesão.

Um outro aspecto de grande relevância, também observado diretamente, foi a amálgama da gênese religiosa e celebrativa que permeia o lugar, ligando o presente à sua ancestralidade mais recente (à família afro-brasileira fundadora do maracatu, herdado de escravizados africanos) e também mais remota (a exemplo das matrizes religiosas africanas Bantu e Nagô). Boa parte disso, se faz constante alusão e remissão, em quase tudo que há na sede, de reuniões a textos, de conversas a arte.

Dessa forma, consolida-se entre os integrantes um sentimento de pertença, autorrepresentação e autorreconhecimento nessas tradições e símbolos que dão sentido e significado, atravessando as fronteiras do tempo e do espaço, para os integrantes desse maracatu. É importante aqui sublinhar que há uma especificação clara das funções dentro desse maracatu, as mulheres cuidam da beleza das vestes, dos movimentos das danças e cantos das toadas, já os homens são responsáveis pelos apitos de chamada, a cadência do ritmo e os baques da percussão.

Também durante a realização das observações o pesquisador percebeu um incômodo quando se mencionava o Estado, na realidade da gestão pública local, e o seu papel, pois é como se os integrantes externassem um sentimento de negligência e ausência dessa para com eles, indignação com o descaso e a invisibilidade por parte do governo do município igarassuense diante do potencial humano, cultural e até econômico do grupo de maracatu em análise para a localidade e seu entorno.

Com isso, é notória a sensação de insatisfação diante das quase inexistentes políticas públicas municipais de cultura, o que gera e reforça a necessidade da comunidade na qual se insere o maracatu, de articular formas de luta e de resistência frente ao poder público local que, nas raras vezes que se aproximou, buscou, segundo narraram os integrantes, através de exigências e barganhas típicas do mercado, como propostas para descaracterizá-lo em suas mais tradicionais raízes, como contrapartida que viabilizaria a “concessão” de alguma ajuda ou benefício ao grupo.

A observação participante foi realizada durante 5 (cinco) visitas aos ensaios do maracatu na preparação para o carnaval de 2019. Nesse contexto, o que melhor viabilizou o acesso ao campo de modo menos dificultoso, foram dois fatos: primeiro, o de um dos pesquisadores já ser anteriormente conhecido na comunidade de “outros carnavais”; e o segundo, mais inusitado, pelo fato de um outro pesquisador da equipe, também ser músico profissional (baterista e percussionista), além de cientista social.

Durante os ensaios, o “musicista-pesquisador” teve a oportunidade de participar de modo mais próximo e efetivo, como que periodicamente imerso, mais ou menos por um turno do dia em cada visita ao campo, em alguns dos ensaios, experienciando como esses momentos de preparação carnavalesca marcam o cotidiano dos integrantes do maracatu e unem visceralmente a sua comunidade.

Desse modo, foi vivenciado um pouco do sentido e dessa emoção compartilhada em interação conjunta com e entre os membros do grupo, bem como também sentiu “na alma e no corpo” um pouco do significado vital, do que é fazer a terra e o ar tremerem, os corpos de hoje

e espíritos ancestrais juntos dançarem com o “peso” dos baques, ao tocar instrumentos como caixa (tarol) e alfaia (tambor) no meio da estrutura rítmico-percussiva do maracatu, entre as toadas ali ensaiadas. E os diálogos nos intervalos dos ensaios também foram cruciais para uma compreensão mais profunda da densidade e da complexidade da realidade enfrentada pelo maracatu.

Destaca-se e reitera-se que a recepção do pesquisador-musicista, entre os músicos, foi excelente. Isso proporcionou a ele sentir-se de algum modo, nestes momentos dos ensaios e conversas mais “intimistas”, bastante envolvido por essa atmosfera simbiótica “familiar-comunitária” que emana uma energia agregadora única, que o fez lá estar como que sendo parte desse maracatu, mesmo que temporariamente.

O pesquisador observou, ao tocar com o maracatu, que cantoras e ritmistas, durante a execução do ensaio, entram quase que em um transe coletivo ou um êxtase conjunto em meio as marcações cadenciadas dos baques e o forte ecoar das toadas. Tal percepção parece advir de uma “umbilical” origem religiosa africana, berço de sua ancestralidade e uma abertura possível, na realidade, de “re-ligação” do mundo espiritual com o mundo natural (tal como também propõe a religião afro-brasileira dos Orixás e do candomblé, que marcam de modo acentuado as raízes do maracatu).

É de relevo notar também que, durante esse transe ou êxtase dos maracatuzeiros e maracatuzeiras, há uma sinergia e quase que uma unidade total entre os membros músicos, cantoras e brincantes do e com o grupo. Eis pois que estes homens e mulheres executam as suas funções parecendo que na mais plena harmonia consigo mesmo, com a natureza circundante, com a ancestralidade ali revisitada e com os outros que juntos formam o grupo e experienciam esse momento singular e sagrado.

Assim, as vidas dos membros do maracatu são preenchidas de sentido, ao mesmo tempo em que essa forte mobilização que envolve, quando não todos, a grande parte dos membros da comunidade, dá vida à música, ao maracatu, à história, à memória, à cultura, à religiosidade da ancestralidade, aos antepassados, etc., e tudo isso é ali coletivamente reverenciado e celebrado.

As entrevistas foram realizadas no mesmo período das observações, do final do mês outubro de 2018 ao início do mês de fevereiro de 2019. Para compor o universo desta pesquisa foram entrevistadas 10 (dez) pessoas selecionadas a partir do critério do envolvimento das mesmas como membros integrantes da manifestação cultural e artística “Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, PE” e que também atuassem como ativistas culturais na sua localidade.

Durante as entrevistas, novamente, foi notada uma enfática e reiterada insatisfação e indignação com a posição da gestão pública local diante das demandas, necessidades e urgências colocadas pelos entrevistados que possibilitariam uma melhor manutenção e uma maior continuidade da cultura popular.

Assim, há uma confrontação exposta pelos entrevistados com relação à “maquiagem” de certas políticas que são (ou não, no caso) implementadas pelo governo municipal, em contraposição ao que para eles seriam verdadeiras políticas públicas voltadas para a cultura popular. Isso pode se confirmar nas falas iniciais dos entrevistados abaixo:

É triste a gente dizer que precisa do Poder Público. Sim, precisa. Hoje em dia estou tentando abrir minha cabeça ainda para entender que Poder Público é esse; que política pública [...] é essa? Qual a razão a gente vai ter de discutir, de brigar. Mais uma vez, bater na tecla. [...] A gente vê mais política de governo, dos que estão governando. E não política pública. Eu deixo formulado [...] a gente nunca faz o Rala Coco Maria só. O Maracatu Estrela Brilhante só. O Águia de Ouro. Não faz Dona Lia só. É com o povo e a sociedade. Para mim é muito mais fácil entrar nas comunidades, nas favelas, nos guetos e dizer assim: olhe, eu tenho isso aqui e venho aqui discutir com você e mostrar uma verdade, uma política cultural. E chegar num político, ou melhor, em um governamental e dizer assim: olhe eu tenho essa estrutura aqui de cultura popular para botar na base [...]. Eu respeito tudo que vem aí. Me desculpe, mas eu não acredito nessa política de mesmice. Eu acredito na sociedade em si, que briga e morre pela cultura popular (Entrevistado nº 2).

A gente precisa ser ajudado. Como eu falei pra o senhor, tem deputado, tem prefeito, tem senador, tem governador, tem vereador [...] tudo isso pode ajudar a gente. [...] A comunidade, o pessoal aqui perto da gente, não pode me ajudar. Quem pode me ajudar é o pessoal da cultura. [...] Moradores, assim, eles podem ajudar assim, só olhar [...]. Quando precisa a gente ajuda um ao outro (Entrevistado nº 7).

O Poder Público não valoriza os maracatus, a cultura popular. Os maiores cachês vão para os grandes, pra bandas. Se eu tivesse condições financeiras, eu bancava sozinho o maracatu. Quando eu vejo relato de muitas pessoas que dizem que suas vidas mudaram depois que conheceram o Maracatu, que entraram para o Maracatu. E que suas vidas mudaram 100%. Se mais crianças e jovens entrassem para o maracatu, elas aprendiam mais na escola. A música, o ritmo, a dança do maracatu despertam a mente delas. Isso é cidadania [...] bota para o caminho do bem [...] (Entrevistado nº 4).

Sobre o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, no sentido do significado de suas tradições e da raiz simbólica que marcam a cultura local, os entrevistados a seguir parecem mostrar um tipo de peculiar enfrentamento diante do poder público local.

Essas disputas para garantir a permanência dos símbolos ancestrais que marcam a origem religiosa e celebrativa própria dos escravizados que vieram compulsoriamente ao Brasil, desde sua gênese colonial, parecem buscar serem mantidos como memória social, histórica e cultural num revisitar e resgatar constante de suas autorrepresentações.

É importante notar o caráter de polarização na fala que se segue, em que o entrevistado indica a tentativa do Estado diluir essa tradição e identidade fazendo do maracatu algo parecido

com uma “escola de samba”. E isso ao mesmo tempo em que sempre nas falas se faz referência com reverência ao passado do maracatu e o seu papel como resistência. Diante disso tudo:

O grupo se mantém porque se mantém apegado a sua história, a sua ancestralidade, ao que nossos antepassados faziam. É que aqui, ninguém ganha dinheiro. O pouco que a gente ganha, a gente se prepara para sair no – carnaval do – outro ano. É isso que faz o maracatu sobreviver. Se não fosse essa força, essa vontade de tocar, de encantar, o maracatu não saía. Isso é o que faz os brincantes se manterem em pé. Porque se fosse para viver de cachê e do poder público, muitos outros tinham desaparecido, como alguns já desapareceram. [...] É preciso ter cuidado com isso. Porque eles querem impor ideias de mudança. Os caras não entendem de nada. Chegam e ficam dando pitaco; dizendo tem de vestir as baianas desse jeito, muito colorido, essa roupa. Fica parecendo uma “escola de samba” para desfilar no Carnaval. Nossos antepassados brincavam quando chegavam do trabalho nas senzalas ou nos quilombos. E não tinham essas roupas. Eles brincavam com as que tinham. E quem já viu escravo com muitas roupas? (Entrevistado nº 5).

Durante as entrevistas o maracatu foi muitas vezes também chamado carinhosa e afetuosamente de brinquedo. Mas, é na resistência e na memória das tradições culturais que ele tem sua força e sua vitalidade. Assim sendo:

[...] tem a ver com a identidade da nossa gente. Tem a ver com nossa formação cultural. Tem a ver com nossa capacidade também de culturalmente resistir com esses brinquedos. Então, eu acho que esses brinquedos são sinônimos de resistência. E aí eu vejo que esses grupos são muito importantes para que a gente consiga preservar nossa memória, né? Para que a gente tenha viva nossa música, nossa dança (Entrevistado nº 6).

E, o conflito acima afirmado, das imposições que o Estado traz consigo e a lógica do mercado no capitalismo cultural, diante das tradições originárias e identitárias do maracatu, bem como da resistência dos seus integrantes e da comunidade na qual o mesmo se insere, nas próximas falas é situado esse cenário:

O maracatu tem enfrentado essas coisas que jogam na mídia. Que diz que é o novo; que é moda. Que o poder público quer impor. Isso é descaracterizar o maracatu. A riqueza do negro era, e é a cultura; tocar tambor, dançar, depois de um dia de trabalho na cana, no café. Ele ia desabafar, descansar, tocar e dançar; nos quilombos ou nas senzalas. E eles se comunicavam no cântico, na dança, nos baques e nas toadas, como tinha sido ou estava sendo seu dia, sua vida e sua história. E isso hoje, quem não sabe, quer inventar como os negros viviam, como tocavam e tal. Por isso que eu sou “bocão” e bato de frente com isso! Por isso que eu digo, se eu pudesse tocava só para a comunidade. E quem quisesse conhecer, vinha conhecer aqui mesmo. Isso seria até bom para o Turismo local. Mas, querem botar a gente para tocar de graça [...]. A gente vai se apresentar com 40 pessoas. Querem só pagar 5 mil. E ainda assim, uma tocada ou outra durante o ano. Muito pouco dinheiro, recurso escasso para o tamanho do nosso maracatu. Pode uma coisa dessa!? Eles querem ensinar como tocar, como se vestir. Eles acham que se expressando de outra forma, o povo vai achar mais bonito. Aqui a gente não aceita isso, não! Se a gente aceitar, vai perder nossa identidade. Será uma “escola de samba”. Até tem maracatu que se passa por isso para conseguir mais tocada, um cachê pouco melhor. Prefiro não tocar fora. Toco aqui na nossa

comunidade. Por mim, a gente só tocava aqui mesmo! Porque é aqui nossa história, nossos sofrimentos, nossas alegrias (Entrevistado nº 1).

Também sou muito contrário a essa ideia de “prêmio” da forma que é feita. Estabelecem uma premiação, os grupos participam [...]. Depois fica só o brinquedo premiado e seu prêmio em si. Não tem continuidade. Nem teve início. É uma forma de enganar os grupos. Fala-se muito em formular política pública. Mas o que se tem é só a política do interesse, do Prefeito, do político, dos Secretários de Cultura do município e do estado. É o que eles querem. São os grupos deles. Por isso tem muito maracatu descaracterizado para atender à propaganda dos Secretários municipais e estaduais. Infelizmente, os grupos são muito pobres, dependentes. E muitos se sujeitam a receber esmolas por abrirem mão de suas tradições (Entrevistado nº 7).

Para os seus membros integrantes, o maracatu parece representar uma grande riqueza que não pode ser mensurada nem valorada, nos termos do mercado, pois remete a toda uma tradição cultural ancestral e vital para os brincantes, tanto individual quanto coletivamente, como aponta a fala que se segue:

A importância está no que o maracatu representa para nossas vidas. É a maior riqueza que nós temos. Não tem como calcular o valor. Não sei dizer em palavras seu valor. Representa uma parte da vida dos nossos ancestrais. Um jeito de viver, de brincar, de se divertir. O maracatu é também uma parte da minha vida. Não sei viver sem o maracatu (Entrevistado nº 5).

Um aspecto interessante a ser observado é que, diante da invisibilidade e da ausência de políticas públicas que fomentem, protejam e fortaleçam a cultura popular por parte da gestão pública local, surgem ideias alternativas que parecem ser norteadas pela necessidade cada vez maior de associações independentes como a Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco (AMANPE).

Isso se dá como reação ao descaso das esferas governamentais estadual e municipal, mas também como uma forma dos grupos se fortalecerem e autofinanciarem para que possam seguir propagando as suas tradições, identidades e essa manifestação da cultura popular, conforme pode se perceber nas falas dos entrevistados abaixo:

Então, toda vez que um grupo faz uma manifestação de forma independente. Ele está sinalizando pra existência de algo que é muito maior, que está muito além de um financiamento mesmo. [...] talvez na cultura alternativa, você já tenha avançado muito mais. [...] é a ideia de você não esperar mais o apoio, o financiamento. O financiamento é importante, mas, na medida em que não chegam, os grupos estão cada vez mais se autoproduzindo (Entrevistado nº 8).

[...] temos que trabalhar na contramão. Temos que brigar para manter nossa identidade. Nossa autonomia. Nossa história feita por nós e não por quem nunca conviveu com a gente e quer mandar em nós. [...] A cultura de Pernambuco é isso: o maracatu, o coco, o caboclinho, o cavalo marinho, o frevo [...] mas o dinheiro só vai para os grandes nomes e brinquedos [...]. Quando é que os pequenos, que na minha

visão, são estes a essência da cultura popular pernambucana, poderão competir em condições de igualdades por recursos destinados à cultura? (Entrevistado nº 6).

No tocante à falta ou inexistência de representatividade política nos órgãos do poder público (como os Conselhos de Cultura), responsáveis, por exemplo, pela tomada de decisão quanto aos aparelhos culturais e seus apoios financeiros, que deveriam amparar e fomentar a cultura popular, o entrevistado parece crítica, enfática e categoricamente (d)enunciar que:

Os conselhos culturais decidindo as políticas culturais? É pena que não tenha nenhum mestre lá dentro. Você já viu mestre da cultura popular ser delegado, conselheiro de alguma coisa? Dentro de algum Conselho Municipal de Cultura em Pernambuco tem? Que eu saiba, não! Nenhum aqui em Pernambuco tem. Eles colocam muito são representantes diversos. Mas, representante não é mestre (Entrevistado nº 1).

Frente a essa realidade, ainda sobre esse movimento de associações independentes como a dos maracatus supramencionada e de outros grupos da cultura popular, o entrevistado abaixo afirma:

Eu penso que esses grupos, eles podem contribuir, inclusive, pra gente pensar em política cultural no município. E pra gente também pensar em desenvolvimento local. Pensar no desenvolvimento turístico. Então eu acho que esses grupos também são importantes também para que a gente possa desenvolver essas ações no município (Entrevistado nº 2).

É possível identificar, ainda nas falas dos entrevistados, ecos das negativas tentativas de influência dos políticos que no fundo buscam fragilizar as identidades dos grupos de maracatu, em troca de benefícios, conforme se segue:

[...] outros Maracatus, vão se apresentar, sendo mal pagos com o dinheiro público, e “obrigados” a citar e elogiar os nomes do Prefeito, de secretário municipal, do vereador [...]. É uma forma de ter chance de se apresentar no outro ano que virá. Faço isso mais não! Assim, até as nossas representações são e serão sempre “viciadas”. A gente coloca um lá. Se torna grande. E a lógica é tão perversa que logo ele se torna um opressor, autoritário que quer fazer só pelo maracatu dele, não pela cultura popular dos maracatus que deveria representar. [...] No carnaval, no São João, no final do ano, e nos festivais como o FIG de Garanhuns. Eles colocam só o dele. E vez por outra bota um pequeno no meio para servir de “cala boca”. Só que os pequenos não sabem a força que tem. [...] Isso é muito triste. Eu brigo contra isso. Na hora que os pequenos reconhecerem sua força e se articularem entre eles, a situação muda (Entrevistado nº 6).

Assim, como fora explicitado ao longo desse texto, a visibilidade hoje nacional e internacional dos maracatus nação, se de um lado, por força do mercado, pode levar a uma descaracterização dos mesmos, de outro, o aparente sucesso tende a contrastar com o ainda baixo ou ínfimo investimento sazonal da gestão pública, em termos de políticas públicas

culturais, para a luta pela garantia da sustentabilidade dos grupos de cultura popular e suas singulares tradições identitárias ao longo do tempo, de maneira que:

[...] primeiro os grupos precisam ter muito claro qual é o papel que eles têm e a forma que eles são organizados. Eu penso que o diálogo com o Poder Público é necessário. Como é necessário, também, o diálogo com a Universidade. Agora, eu acho que [...] são objetivos distintos. A gente precisa deixar claro, evidente, né? Qual papel que cada instituição dessas exerce nesse processo. E, de que forma cada um pode contribuir com isso. E acho que, o primordial é que haja autonomia desses grupos. Eu acho que toda forma de financiamento, seja ela do Poder Público ou por iniciativa privada, precisa respeitar os valores desses grupos, né? Eu acho que quando a gente tenta adaptar isso pra outros interesses, talvez, a gente caia no risco de desvirtuar o grupo. A gente tem o exemplo disso com a questão dos maracatus [...] eles se transformaram durante muito tempo num símbolo da cultura pernambucana, né? [...] Por exemplo, você em Boa Viagem, ver outdoor, propaganda, isso vira o cartão postal da cidade. Mas, se você vai na sede do maracatu, não consegue compreender como é que existe tanta divulgação dessa imagem. [...] A gente começou a ter muito mais visibilidade, inclusive, internacionalmente. Mas, ao mesmo tempo, você tem essa contradição (Entrevistado nº4).

Paradoxalmente, é curioso sublinhar que, mesmo destacando a precariedade de recursos e a escassez de outros meios para a manutenção dos maracatus (como no caso, do Estrela Brilhante de Igarassu), há uma fala intrigante, pois assume que foi e são as dificuldades enfrentadas que parecem ser elementos mobilizadores cruciais da criatividade e da adaptabilidade em situações as mais adversas, que, de algum modo, deram origem e mantém até hoje, os maracatus vivos. Seria então:

[...] da essência desses brinquedos também, essa coisa de que os próprios praticantes conseguem manter esses grupos existindo sempre com muita dificuldade. Então, a gente tem um dado, que é um dado que todo grupo enfrenta, que é de não ter um financiamento, pra existência desses grupos. A gente tem ainda os ciclos festivos que são muito rotativos. Então, a gente vai ter esses grupos geralmente se apresentando em período festivo de carnaval. [...] Mas a gente não tem efetivamente uma política cultural que faça, por exemplo, que os grupos durante o ano consigam se manter. [...] Assim, as pessoas têm essa capacidade, ainda de manter as coisas vivas. Eu acho que isso é muito da essência do brinquedo. Quando a gente perder isso, talvez o brinquedo se perca junto (Entrevistado nº 6).

Com isso, os autores constataam, como síntese de tudo o que foi acima exposto pelos entrevistados, em diálogo com o material coletado nas observações e as informações colhidas na revisão bibliográfico-documental, em uma última e marcante fala que tudo resume:

[...] O Maracatu Estrela Brilhante é patrimônio vivo de Pernambuco. Mas, infelizmente, não é valorizado pelo poder público. Nem a FUNDARPE estadual, nem muito menos o poder municipal de Igarassu, como mostram pela ausência quase negligente antes as demandas reiteradas ao longo de anos por suas lideranças e pelos seus integrantes, que essas instituições e instâncias governamentais não o valorizam como era para valorizar [...] (Entrevistado nº 10).

Destarte, foi possível desenhar uma “cena panorâmica” do desamparo e descaso que é sentida e sofrida pelos integrantes membros do Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu/PE, bem como da comunidade que o circunda, e onde está situado. É bem verdade que, como muitas das falas dos entrevistados denunciam, isso não ocorre apenas para com esse maracatu, mas com todas as manifestações da cultura popular local igarassuense.

Há de se sublinhar, no entanto, o “cerco” por parte das autoridades na realidade dos maracatus. No caso do Estrela Brilhante de Igarassu, isso se evidencia ao longo da sua história que, daqui a dois anos, completará 200 anos (1824-2024) de resistência, sobrevivência e tradição.

5. Considerações finais

A presente pesquisa intencionou aprofundar os estudos sobre a urgente necessidade da gestão pública local igarassuense estabelecer um diálogo mais próximo da cultura popular de Igarassu (no caso refletido nesse escrito, com o Maracatu Nação Estrela Brilhante, patrimônio cultural pernambucano).

Esse diálogo possibilitaria e viabilizaria a elaboração de políticas públicas efetivas que pudessem vir a fomentar e financiar a sustentabilidade e a manutenção de aspectos ancestrais e identitários desse maracatu, e a continuidade das tradições dessa manifestação artístico-cultural-popular.

É importante ressaltar que o maracatu, originalmente religioso-celebrativo, sempre representou uma bandeira de resistência antes dos escravizados e sua religiosidade de matriz africana (e afro-brasileira), e hoje de sua memória socialmente compartilhada, cujos membros integrantes buscam manter viva.

Isso se dá em meio a lutas cotidianas diversas contra as imposições e barganhas da gestão pública em todas as instâncias administrativas governamentais (em especial a municipal), e as exigências advindas de um agressivo mercado na conjuntura de um capitalismo cultural. Ambas as esferas buscam distanciar o maracatu e seus brincantes de sua mais originária tradição e ancestralidade nele comunitariamente vivenciadas.

É incontornável o apelo das vozes dos integrantes que reivindicam uma justa visibilidade e o reconhecimento pela escuta de seus reiterados clamores, em especial, à gestão pública local. Em contraposição a essa situação de ausência de políticas públicas culturais e de

raro diálogo junto ao poder municipal, os maracatus organizaram-se em uma associação independente na tentativa de autônoma e cooperativamente sobreviverem ao descaso do Estado.

A partir dos resultados alcançados, a hipótese inicial do discreto relacionamento do maracatu com a gestão pública local, foi confirmada. A maior parte dos relatos extraídos das entrevistas semi-estruturadas apontaram para a quase inexistência de recursos destinados e de políticas públicas para apoio e fomento das manifestações artísticas da cultura popular, por parte da Prefeitura de Igarassu, à continuidade das tradições identitárias dessas, e dentre elas, as que caracterizam o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu, o caso estudado.

Como último ponto a ser considerado, ressalta-se que nessa análise, os processos de historicização do maracatu foram enfaticamente vislumbrados pelas “lentes” de uma perspectiva de resistência da cultura popular que busca sobreviver à ausência do Estado e às imposições do mercado, ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. (2014). *Patrimônios Vivos de Pernambuco*; 2ª Ed., Recife: FUNDARPE
- BARROS, J (2008). *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica
- BOSI, E.. (2000). *Cultura de Massa e cultura popular*. 10ª ed. Petrópolis
- CHAUÍ, M (1986). *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GEERTZ, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar
- GEERTZ, C. (1999). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes
- GEERTZ, C. (2001). *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- GERHARDT, T., SILVEIRA, D. et alii (Orgs.) (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS
- GIL, A. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas
- GUERRA-PEIXE, C. (1980). *Maracatus do Recife*. São Paulo: Irmãos Vitale/Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife
- GUILLEN, I. (s/d). *Cultura negra e patrimônio cultural em Pernambuco: o caso dos Maracatus Nação*.

- GUILLEN, I. (Org.) (2013). *Inventário cultural dos Maracatus Nação*. Dossiê. INRC do Maracatu Nação – Inventário Nacional de Referências Culturais. Recife: EdUFPE
- KEIM, E & SANTOS, R. (2012). *Educação e Sociedade Pós-colonial: linguagem, ancestralidade e o bem viver*. São Paulo: Paco Editorial
- KEIM, E. & SILVA, C. (2012). *Capoeira e educação pós-colonial: ancestralidade, cosmovisão e pedagogia Freireana*. São Paulo: Paco Editorial
- KOSLINSKI, A. & GUILLEN, I. (2019). Maracatus nação e a espetacularização do sagrado. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39
- LIMA, I. (2014). Maracatu nação e grupos percussivos: diferenças, conceitos e histórias. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 61, jul./dez. Editora UFPR.
- MAIA, T.; TORRES, M. & SOUSA, J.M. (2021). (Re)existência e tradição na cultura popular negra de Pernambuco: o que falam as vozes do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu à luz da teoria das representações sociais? In: MOREIRA, R., ROCHA, J., SERVO, M., COUTINHO, S., ALMEIDA, I. & FUKUI, R. (Orgs.). *Representações sociais na contemporaneidade*. 1ed.Curitiba: CRV
- MAIA, T. & BARBOSA, J. (2020). Interdisciplinaridade e complexidade nas humanidades: um caminho necessário para a formação humana e científica como um horizonte possível no ensino de filosofia e de ciências sociais. In: ROCHA, G.. (Org.). *Diálogos das Ciências Humanas no Campus Vitória*. Vitória de Santo Antão: IFPE/Copiarte
- MAIA, T. & SOUSA, J. (2019). Contribuições da teoria das representações sociais e da teoria antropológica interpretativa para a compreensão dos símbolos da resistência religiosa afro-brasileira nos Maracatu Nação em Pernambuco. In: SILVA, R.; FREITAS, V.L. & SOUSA, J. (Orgs.). *Educação, formação docente e cultura: diálogos na perspectiva da teoria das representações sociais*. Curitiba: CRV
- MARCONI, M. & LAKATOS, E. (2011). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7ª ed. São Paulo: Atlas
- MARTINS, H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 30, n. 2, Aug 2004
- MAY, T. (2001). *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed
- NASCIMENTO, M. (2005). *João – Manoel – Maciel Salustiano. Três gerações de artistas populares recriando os folguedos de Pernambuco*. Recife: Associação Reviva
- LOPES, N. (2011). *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro
- LOPES, N (2012). *Novo dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas
- PEDROTTI, A. & SEVERO, C. (2022). Maracatu nação e língua como prática social dos legados afro-diaspóricos. *Mandinga*. Redenção, v. 6, n. 1
- REIS, A. (2007). *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: O caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole
- ROSENTHAL, G. (2017). *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. 5ª ed. Porto Alegre: EdPUCRS

SANT'ANNA, M. (2003). A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R, CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A

VANDENBERGHE, F (2005). O decálogo da desconstrução. *Perspectiva Filosófica*. Revista dos departamentos de Filosofia da UFPE e da UFPB. Trad. Tiago Macedo Bezerra Maia. Recife, Vol. II, nº 24

VASCONCELOS, S. (2001). O sincretismo afro-católico: a solução de um trauma. In: BRANDÃO, S. (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: EdUFPE